



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Trabalhadores, Consciência de Classe e Organizações Não Governamentais: Um estudo sobre a relação entre o CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) e os diversos tipos de organizações populares no Brasil na década de 1980			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Vanessa de Oliveira Brunow	Universidade Federal Fluminense	UFF	Mestre
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O artigo tem como objetivo analisar a relação de uma entidade de filantropia religiosa - que se autodenominou Organização Não Governamental - com os diversos grupos de trabalhadores, nas diferentes regiões brasileiras na década de 1980, especificamente nos anos de 1983 e 1988. Como sabemos a década de 1980, constituiu um período fundamental para o reavivamento das classes populares no Brasil. Nesse período, tivemos o surgimento de diversos tipos de movimentos sociais e organizações de trabalhadores que criaram diferentes instrumentos de luta em uma nova organização capitalista do trabalho, cada vez mais precarizada e desregulamentada. Como consequência desse novo momento surge também as Organizações Não Governamentais. Esse artigo discutirá através do conceito de experiência de classe em Edward Thompson a experiência vivida por esses trabalhadores que estão enviando os pedidos de solicitação a essa entidade, expondo seu cotidiano de dificuldades, mas também de resistência ao contexto de exploração e opressão. Ao mesmo tempo, será analisada a relação ambígua que essas organizações de trabalhadores tiveram ao pedir auxílio para a construção de uma possível autonomia de classe à uma Organização Não Governamental.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Edward.P. Thompson; Organizações Não Governamentais; Classe Social; Década de 1980			
ABSTRACT			
<p>The article aims to analyze the relationship of a religious organization of philanthropy - calling themselves non-governmental organization - with the various groups of workers in different regions of Brazil in the 1980s, specifically the year 1983. As we know, the 1980s marked a crucial period for the revival of the popular classes in Brazil. During this period, we had the emergence of various types of social movements and workers' organizations that have established various instruments of struggle in a new capitalist organization of work, increasingly precarious and unregulated. As a result of this new moment also appears non-governmental organizations. This article will discuss through the concept of class experience in Edward Thompson lived experience of these workers who are sending requests to that entity request, exposing their daily difficulties, but also resistance to the context of exploitation and oppression. At the same time, we will analyze the ambiguous relationship that these organizations of workers had to seek assistance for the construction of a possible autonomy of class to an NGO.</p>			
KEYWORDS			
Edward. P. Thompson; Non-Governmental Organizations, Social Class, 1980's			

O artigo presente procurou analisar sob a perspectiva de experiência de classe do autor Edward Thompson, a relação entre trabalhadores brasileiros e uma Organização Não Governamental ligada à Igreja Católica chamada CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais). Nessa documentação pude observar através dos relatos escritos nas cartas de solicitação que eram enviadas ao FAM¹-CERIS, um cotidiano de organização e resistência

¹ Fundo de Apoio a Mini-Projetos. Setor criado dentro do CERIS em 1979 para auxiliar as solicitações de pequeno porte financeiro.

vivido por diversos tipos de grupos sociais. Com isso, pretende-se nesse artigo realizar uma discussão sobre a aplicação do conceito thompsoniano nas descrições e análise das cartas de solicitação enviadas pelos trabalhadores aos FAM-CERIS. Para que façamos a análise da documentação, primeiramente será apresentado o conceito de experiência de classe em Thompson e seu contexto de aplicação que se deu na Grã Bretanha, principalmente do século XVIII.

Thompson ao analisar a Grã Bretanha dos séculos XVII e XVIII se preocupou em entender o cotidiano de lutas e insatisfações dos trabalhadores ingleses, colocando-os como protagonistas no processo de transformações ocorridas no campo e na cidade, que tiveram através da consolidação da Revolução Industrial, o surgimento do Capitalismo. Sua trajetória como autor foi acompanhada de uma vivência política que explica boa parte de sua perspectiva teórica. O uso do conceito de experiência de classe trouxe um novo olhar sobre as discussões do conceito de classe dentro e fora do marxismo. Thompson agora se interessava mais sobre o processo de luta de classes, do que a consciência de classe em si. Percebia que as mudanças na Inglaterra não deveriam ser explicadas apenas pela transformações ocorridas com o trabalhador fabril, assim como também, com os anos quase que imediatos à Revolução Industrial. Cito:

A história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, gerações após gerações de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido. (Thompson, 2001)

Para Thompson, era necessário entender as primeiras mudanças ocorridas no campo e na cidade nos dois séculos antes da Revolução Industrial se concretizar e não somente um século antes. Além disso, foram nas mudanças cotidianas que Thompson observou nas suas obras como *A Formação da Classe Operária Inglesa*, *Costumes em Comum* e *Senhores e Caçadores*, que os camponeses e trabalhadores urbanos, passaram a resistir às mudanças no meio social, político e econômico inglês sob condições de transformação, muitas vezes bem discretas, como por exemplo, na lei do pão, no direito consuetudinário, entre outros. Ao analisar esse cotidiano dos trabalhadores ingleses, Thompson desenvolveu o conceito de experiência de classe, que revolucionou a discussão sobre o conceito de classe, pois o autor afirmou que uma classe não poderia existir descolada da experiência de situações determinadas, nas quais a luta de classes é prioritária no processo de formação de uma classe.

Junto a isso, Thompson ressaltou que o processo histórico seria imprescindível para o entendimento da classe trabalhadora. O próprio conceito não teria significado se estivesse descolado desse processo. O conceito de classe definido dentro de um processo histórico significaria, como Thompson diz, “negar fundamentos teóricos e políticos e intelectuais detentores

do conhecimento sobre os verdadeiros interesses da classe operária” (Thompson: 2001, p. 67). Ou seja, o contexto de criação dessa teoria esteve ligado, por exemplo, à forma como alguns teóricos do Partido Comunista enxergavam o caminho para se chegar ao socialismo, partindo de um processo pelo alto, pela vanguarda intelectual. Essa formulação teórica de Thompson fez parte de sua crítica ao marxismo *althusseriano* ou tradição marxista stalinista. No entanto, ao mesmo tempo em que Thompson criticou “certos marxismos”, ele não abriu mão do materialismo histórico:

Suponho que ninguém possa pensar, por tudo isso, que eu corrobore a idéia de a formação da classe ser independente de determinações objetivas, nem que eu sustente que classe possa ser definida como simples fenômeno cultural, ou coisa semelhante. Isso seria, creio eu, desmentido pela minha própria prática de historiador, como pela de muitos outros. (THOMPSON, 2001: 277)

Mas, apesar de atentar para isso, Thompson difere dos teóricos que consideram que, através de um modelo eventualmente sistematizado, pode-se chegar à equação simples de uma classe com consciência de classe.

A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (THOMPSON, 2001: 277)

Com isso, é possível observar o quanto a formulação teórica de Thompson esteve ligada não só a uma renovação historiográfica, mas também a um contexto político específico. Ou seja, é inegável a relação entre a produção do conhecimento sobre a história e a intervenção política militante que Thompson fez ao longo de sua vida, e é nesse sentido que reivindico sua análise e sua visão transformadora na forma de fazer história. Pretendemos, através da teoria de Thompson, olhar para a realidade dos trabalhadores através de seus relatos, analisando suas formas de luta, de sobrevivência, sua visão de mundo, etc

A partir desse histórico da vida e teoria thompsoniana, é possível observar o quanto sua teoria passou a ser importante no debate sobre o conceito de classe. Essa perspectiva de experiência de classe foi sendo cada vez mais aplicada na historiografia brasileira, principalmente entre autores que se propunham a pensar os diversos tipos de realidade dos trabalhadores brasileiros contemporâneos. No entanto, a distância - entre uma análise thompsoniana que foi feita por um inglês, na Grã Bretanha do século XVIII e um brasileiro que analisa o Brasil contemporâneo - não é pequena. Usar conceitos como de classe social e de experiência de classe, segundo Edward Thompson, é um grande desafio e exige imensa responsabilidade. A aplicação de tais teorias para um contexto brasileiro e contemporâneo requer múltiplos cuidados, já que sua teoria é pautada na análise das classes populares do século XVIII, na Inglaterra. O uso possível que pretendo fazer desse arcabouço teórico remete à concepção de classe definida dentro de um processo histórico.

Contextualização do que é o CERIS e análise da documentação do ano de 1983

Para analisar a documentação pertinente foi necessário entender o processo histórico ocorrido no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 de forma geral e o contexto de surgimento da instituição analisada. O contexto de surgimento do setor de Fundo de Apoio a pequenos projetos (FAM), surgiu no fim da década de 1970. A instituição em questão – nosso objeto de estudo neste artigo – está localizada no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Em 1979, esse Centro criou o Fundo de Apoio a Mini-projetos (FAM). Segundo o CERIS, o motivo para a sua criação foi a grande demanda por apoio a pequenas iniciativas comunitárias que, nos anos de 1970, se desenvolviam em grande parte do Brasil.

Os processos de solicitação enviados têm objetivos muito variados, como pedidos de auxílio para geração de primeira renda, organização de sindicatos, apoio às oposições sindicais, fortalecimento de comunidades agrícolas, ajuda a assentamentos rurais, etc.

O CERIS é uma instituição que se caracterizou pela sua dupla organicidade de atuação, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Essa organização se dividiu entre o respeito à hierarquia e a veiculação de uma concepção de caridade cristã, de um lado, e de uma forma específica de opção pelos pobres, de outro. O Centro apoiou importantes organizações populares no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980. Essa tensão que atravessou o Centro de Estatística está ligada à própria conformação da igreja brasileira e latino-americana desde a metade do século XX.

No fim da década de 1970 e início da de 1980, assistimos aos primeiros indícios de abertura democrática. No Brasil, entretanto, seu caráter “lento, gradual e seguro”, nos trouxe a necessidade de analisar a especificidade desse processo. A imbricação histórica constituída entre associações privadas patronais e Estado foi muito comum, no entanto, o crescimento da sociedade civil não pressupõe avanço no espaço popular. Por outro lado, na década de 1980, houve um crescimento significativo dos espaços populares.

Nos documentos de 1983, percebe-se que a maioria das cartas estava sendo escrita pelos próprios trabalhadores. Esse é um fato muito interessante, que permite colocar o trabalhador como sujeito de sua própria história, uma história, como Thompson afirma, “vista de baixo”, longe dos documentos oficiais e da elite. Através dessa realidade, podemos traçar a experiência vivida nas diferentes regiões brasileiras, já que as cartas eram enviadas de diversos lugares do Brasil. Essas fontes trazem um imenso, porém prazeroso desafio, que é o de tentar acompanhar, avaliar, refletir e trazer à tona momentos de práticas políticas muito ricas e consistentes. É uma pesquisa que pretende escrever a história dos trabalhadores sob a perspectiva de sua própria experiência social. No entanto, não foi feita uma análise conclusiva desse referencial teórico junto à essa documentação, seria necessário olhar com o foco ampliado para a experiência de organização e resistência desses

trabalhadores, com o objetivo de encarar, como Thompson também reivindica, a experiência dos trabalhadores pelo ângulo de valores, hábitos, costumes, modos de viver, mas não só isso, como vivenciar condições de exploração no trabalho e suas dimensões de jornada e salários. Abaixo se encontra uma análise qualitativa das solicitações do ano de 1983, que ainda oferece uma grande quantidade documental para ser analisada. Em números, tivemos um total de 112 projetos analisados. Para esse artigo, foi selecionado os temas considerados mais relevantes na pesquisa qualitativa realizada durante a dissertação de mestrado, concluída no ano de 2010 na Universidade Federal Fluminense. Os temas escolhidos foram: Organização de trabalhadores rurais, os relatos de extrema pobreza, a organização dos trabalhadores do bairro chamado Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro e o papel dos mediadores, que seriam uma espécie de “intelectual orgânico” dos projetos e das organizações de trabalhadores.

Organização de trabalhadores rurais

Os processos de solicitação que estão claramente ligados à organização de trabalhadores rurais foram identificados através das observações mais relevantes sobre o seu processo de organização no meio rural. Ao analisar o corpo das solicitações, foi possível observar algumas características comuns a esses pedidos de auxílio. Dos oito processos de solicitação que selecionamos para uma análise mais detida², todos foram aprovados pelo CERIS. Podemos perceber, nos pedidos de 1983, a clara disposição da instituição em financiar projetos que tinham como tema a organização dos trabalhadores no meio rural. Alguns dos processos, como os de número 54, 72 e 92, estavam ligados diretamente à Pastoral da Terra e já eram financiados por essa organização. É possível que as pastorais enviassem solicitações ao CERIS para dinamizar a sua atuação. Todas as solicitações identificadas também apresentam cartas escritas a mão, o que dá um caráter muito popular a essas organizações e aos seus pedidos de auxílio. Através dessa documentação, temos acesso à história do surgimento da Pastoral da Terra e parte de sua atuação. Mais uma vez, a incidência maior encontra-se na região nordestina. Dos 8 processos analisados, 5 são do Nordeste, 1 é da região Sul, 1 é do Norte e 1 do Centro-Oeste. A luta desses trabalhadores rurais, em geral, focou-se na posse da terra e na formação de comunidades agrícolas, como a construção de minigranja, horta e minipadaria para a população rural local. Um caso interessante é relatado no projeto de número 55, denominado “enquanto trabalhadores”. Eles lutam pela posse de uma terra supostamente comprada por uma empresa. Na disputa pela permanência nessas terras, os trabalhadores precisam ir a frequentes reuniões com o INCRA e acabam tendo um desgaste

² Esses projetos foram escolhidos a partir da leitura das principais observações indicadas no Banco de Dados. O item observações serviu para identificarmos informações importantes nas documentações. A partir daí, conseguimos realizar uma análise mais pormenorizada dessas solicitações.

financeiro muito grande, o que, diante das adversidades econômicas já enfrentadas por esses agricultores, prejudica-os ainda mais. O projeto enviado ao CERIS consiste em um pedido de auxílio para financiar essas viagens e todo o processo de luta pela terra, que está sendo tomada por essa empresa que é ligada ao grupo dos Jereisate.

Prezados senhores e senhoras. Nós, pertencente a nove comunidades (...). Fizemos-vos esta para pedir ajuda, por causa de uma grande luta nossa, que vem se mantendo contra uma empresa do grupo Gereisate (sic). E já faz mais de dois anos que este grupo, se diz adquirido estas terras, onde moramos e por isto vem nos pressionando com viagens e já faz cinco anos que no Nordeste não chove. E mesmo assim nós lutando bastante, agora as coisas se dificultam, mas por causa das viagens, pois a meses que somos obrigado a irmos para Fortaleza, até três vezes por mês. Isto porque levamos a nossa causa ao Incra e ainda estamos nesta fase de luta e cumpre que vamos a estas viagens é um grupo de 9 pessoas (...) Se quiserem mais informações sobre nossa luta, podem nos escrever por intermédio de Dom Paulo Pontes, bispo diocesano de Itapipoca³.

Fica clara a intermediação que a paróquia local exerce no processo de luta desses trabalhadores. Essa ligação que os movimentos populares tiveram com as paróquias locais esteve muito próxima à atuação das Comunidades Eclesiais de Base nas décadas de 1970 e 1980 e, apesar dessa ligação com a área pastoral, instituições como o CERIS tinham como objetivo central a atuação na área social, e não na área pastoral, na aprovação dos projetos enviados. Observamos essa prioridade da Instituição na solicitação de número 42. Trata-se de um pedido negado a um grupo de favelados do parque da Boa Esperança, no bairro do Caju, Rio de Janeiro. Pede-se ajuda para a construção de um centro comunitário (servindo de capela e escola) e uma creche. Abaixo temos uma carta-resposta do FAM:

(...) A construção servirá para capela, como vocês dizem. O fundo de Miniprojetos, apoiado por duas entidades de ajuda externa, da Holanda, não se destina a apoiar atividades na área pastoral. Ele se destina aos trabalhos no campo social, logo, a construção de uma capela não se enquadra dentro de seus objetivos⁴.

No entanto, essa separação acabava não sendo clara quando um movimento social estava ligado a uma paróquia, ou seja, o benefício poderia favorecer tanto socialmente o movimento popular, quanto a paróquia que estava intermediando o projeto. Podemos constatar essa realidade em solicitações que pedem auxílio para melhorar a estrutura da paróquia com o objetivo de servir como espaço para cursos de corte e costura para mulheres da região, ou até processos como o de número 106, que pede auxílio para reformar o telhado da capela que é usada para as reuniões da

³ Relato extraído da fonte de números 2069-2071, do ano de 1983, FAM-CERIS.

⁴ Idem, fonte 1423, ano de 1983.

CEB de Icó - Sítio Salgadinho, no Ceará. Abaixo temos a carta transcrita por inteiro dos trabalhadores que estavam pedindo a ajuda ao FAM:

Icó, 10.10.1983

Paz e Saúde

Prezados senhores componente do CERIS.

Mais uma vez estamos lhes escrevendo para pedir uma ajuda para o nosso trabalho aqui na nossa capelinha que é muito quente e estamos com um projeto de 4000 quatrocentos mil cruzero e para este trabalho temos uma quantia adiantada de 50 cinquenta mil cruzero. Pos o nosso projeto aqui é mudar as telhas da capela para ver se acaba com essa peste de morcego que nos incomoda muito e por outro lado nós estamos precisando trabalhar isto e que é mais importante para nós. Ficamos certo da vossa compreensão.

Esperamos uma resposta o mais breve possível. (sic)

O benefício do espaço onde funcionavam as reuniões eclesiais era duplo. A antiga distância que a Igreja mantinha das classes populares e seus problemas cotidianos sofreu uma transformação com o movimento de aproximação e valorização dos pobres por parte da Igreja Católica, desde o concílio do Vaticano II e da atuação do CELAM em Medellín e Puebla. As CEBs trouxeram um entrelaçamento entre os interesses sociais e pastorais em muitas paróquias e estabeleceram critérios sociais de auxílio separados das pastorais. Tal fato acaba sendo cada vez mais difícil, já que a aproximação das classes populares e de seus problemas pela Igreja fazia parte da estratégia católica de manter e conseguir mais fiéis que podiam estar sendo absorvidos por outras religiões e, principalmente, pelo tão temido comunismo. No entanto, nesse processo, o interesse pastoral ficou muitas vezes em segundo plano em algumas CEBs, chegando ao ponto de haver uma posterior separação entre a Igreja e essas organizações, que muitas vezes surgiram dentro das paróquias e tinham como objetivo inicial discutir de forma mais democrática a bíblia.

Os relatos de extrema pobreza

No ano de 1983, foi possível localizar os principais processos de solicitação que trouxeram relatos da dificuldade econômica e social que os solicitantes viviam. Esse grupo de solicitações conseguiu reunir características comuns que impressionaram muito. Ao olhar o banco de dados, projeto a projeto, foi possível identificar 4 processos (processos de solicitação de números 10, 32, 47 e 50) que nos chamaram especial atenção pelo relato de extrema dificuldade econômico-social vivida. Das quatro solicitações, dois relatos são do Nordeste (Bahia – 32 e Piauí –50) que foram aprovados pelo CERIS, e os outros dois são do Pará (10) e Rio de Janeiro (47), estes, recusados. Ao analisar os quatro processos de solicitação (que a princípio foram selecionados por nós pelo relato de extrema pobreza), foi possível perceber que se tratava de solicitações de grupos de mulheres e que todos estavam muito ligados às paróquias locais. Os projetos do Rio de Janeiro e do Piauí têm

o mesmo pedido, a saber, de um auxílio para ser realizado um curso de corte e costura com o intuito de beneficiar economicamente as mulheres que estão ligadas à paróquia local. Mas apenas o projeto do Piauí foi aprovado. Apesar de aprovada, essa solicitação foi aceita pelo FAM com ressalvas em sua argumentação, pela falta de credibilidade no sucesso de cursos de corte e costura e na melhoria econômica dos grupos que o realizam. Mesmo assim, o CERIS envia a solicitação. Os projetos do Pará e do Rio de Janeiro, que foram negados, falam igualmente da extrema dificuldade que essas mulheres encontram por causa do abandono de seus maridos, que muitas vezes saem para a cidade grande, em busca de emprego, e nunca mais voltam. Relatam também a dificuldade que elas enfrentam para garantir a sobrevivência de seus filhos.

Oeiras do Pará, pequena cidade da região tocantina, no Estado do Pará, é muito pobre e sua população é bastante carente, principalmente no que se refere a empregos, pois exceto os que vivem de pequena agricultura, da pesca e da caça, ou dos que se ocupam de alguns empregos públicos e no comércio e uns poucos que vivem de trabalhos braçais, todos os demais vivem em situação de miséria. Muitos emigram em busca de trabalho fora do Município e aqui deixam as suas famílias quase no abandono e até passando fome e outras necessidades. Geralmente, nós, as mulheres lutamos com grande dificuldades e temos de assumir, muitas vezes toda a responsabilidade da família: educação dos filhos, manutenção da casa e até empregos pesados, tais como, limpeza de ruas, capina, etc., e ainda os trabalhos da casa. Muitas vezes, nós e nossos filhos passamos fome⁵.

A situação de êxodo rural, que regiões como o Norte e Nordeste viveram e vivem com intensidade, realmente pode provocar ainda mais dificuldades para a família que fica. As mulheres passaram a ter de sustentar, sozinhas, uma família que era sustentada por dois integrantes já com muita dificuldade. No entanto, o CERIS negou o pedido e indicou outras formas de superação das dificuldades econômicas vividas por essas mulheres.

O caráter das cartas baseia-se no relato da realidade vivida por esses trabalhadores que, na maioria das vezes, é de intensa precariedade. Eles escrevem explicando o motivo do pedido de auxílio e qual o objetivo que querem alcançar com o dinheiro solicitado. Quase 50% das cartas enviadas no ano de 1983 têm, pelo menos, um relato escrito à mão, apresentando, na maioria das vezes, uma ortografia muito insipiente. Através da análise de 1983, podemos perceber esse caráter precário na educação escolar dos solicitadores, ainda que algumas cartas sejam escritas por intermediadores, como padres, bispos, advogados, arquitetos e alguns letrados vindos do meio acadêmico, que auxiliam o grupo solicitador na elaboração do projeto e no pedido de auxílio ao FAM. Essas cartas dificilmente deixam de vir acompanhadas do relato escrito pelos próprios

⁵ Relato extraído da fonte de número 301, do ano de 1983, FAM-CERIS.

trabalhadores. O caráter popular desses projetos parece ajudar na sua aprovação, já que o CERIS é uma instituição que, desde a década de 70, majoritariamente da ala progressista, defendia o pobre e a base, como o baluarte da religião. Essa perspectiva mais inclinada aos grupos de base facilita o olhar mais interessado da Instituição sobre esse perfil de trabalhadores.

Nova Iguaçu – Rio de Janeiro

Outro conjunto de processos de solicitação que chama a atenção pelo aspecto quantitativo são os projetos da região Sudeste, no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente do município de Nova Iguaçu. Das 13 solicitações no estado do Rio, 5 (38%) são de Nova Iguaçu. No entanto, apenas 1 projeto foi aprovado. Os motivos que o CERIS alega para a não aprovação das solicitações são diferenciados. No primeiro processo (no banco de dados o nº do projeto é 35), a solicitação é negada, pois se refere a uma compra de equipamentos para fazer funcionar a secretaria de um centro de ação comunitária. Segundo o CERIS, o pedido não envolve coletivamente o grupo que está pedindo o auxílio. A solicitação pretendia fazer funcionar uma secretaria que se destinaria a assuntos comunitários. Tais justificativas de não aprovação, apesar de mencionados alguns critérios gerais, algumas vezes não seguem o critério padrão desenvolvido pelo CERIS, ou não deixam claro o porquê de determinada iniciativa não envolver coletivamente o grupo. No caso do processo 35, a secretaria beneficiaria o centro comunitário e, conseqüentemente, o coletivo envolvido. No entanto, o FAM afirma que tal iniciativa não envolveria coletivamente o grupo. O pedido baseia-se na compra de um mimeógrafo, uma escrivanhinha e um arquivo para a secretaria, que realiza trabalhos comunitários e pastorais de uma Comunidade Eclesial de Base. Abaixo temos a carta-resposta do CERIS ao grupo:

Prezados amigos,

(...) O fundo de Miniprojetos destina-se a apoiar atividades no campo social, e vocês já tiveram experiência disto, quando aprovamos o projeto do mutirão da terra. O projeto de casas é uma atividade que possibilita o envolvimento de pessoas, com interesses diversos, que se juntam para enfrentar uma situação. Pode até não dar certo, mas o que apoiamos foi a iniciativa, apostando nas possibilidades que esta iniciativa iria permitir.

O caso deste pedido, agora, é diferente. Vocês pedem equipamentos para fazer funcionar um tipo de secretaria. Achamos que isto é importante e necessário, mas não se enquadra dentro dos critérios do fundo de Miniprojetos, pois não possibilita, em si, um envolvimento de pessoas numa atividade comum. Por outro lado, achamos que localmente vocês podem obter estes equipamentos através de campanhas, festas, rifas, etc. (...) ⁶.

Não fica claro por que o funcionamento de uma secretaria de um centro comunitário não possa envolver coletivamente o grupo, uma vez que a melhoria de sua estrutura aumentaria o atendimento das demandas da comunidade local.

⁶ Fonte de número 1092, projeto 35, do ano de 1983.

No segundo projeto (nº 37), temos o único auxílio atendido pelo CERIS. Trata-se de uma solicitação para a participação de delegados num congresso convocado pela JOC (Juventude Operária Católica). Essa documentação é muito rica em informações sobre o Congresso e sobre a JOC. Os solicitadores fazem parte da comissão organizadora do Congresso. Analisando-se as cartas, percebemos facilmente que o redator tem significativa escolaridade. O processo de número 51 pede dinheiro para o pagamento do muro que foi construído na escola para impedir a fuga de alunos. O CERIS considera tal ato não só conservador, mas sem participação da comunidade. Nos outros 2 projetos (39 e 47), que também foram negados, existe uma similaridade nos pedidos. Duas paróquias estão pedindo auxílio ao FAM para melhorar sua estrutura física, assim como o projeto 35, que analisamos acima. O projeto 39 solicita mimeógrafos, projetores, máquinas de escrever e livros para a biblioteca localizada na paróquia. A solicitação 47 pede ajuda para a compra de materiais que ajudem o clube de mães da paróquia a desenvolver trabalhos manuais e mais uma vez é negado pelo CERIS.

Podemos perceber a intensa ligação dos solicitadores com as paróquias locais e com movimentos ligados à Igreja, como a JOC. Porém, essa ligação não fica clara, porque o CERIS muitas vezes não aprova tais pedidos de auxílio. A alegação do não envolvimento coletivo dos solicitantes esclarece muito pouco os critérios reais que levaram o CERIS a negar alguns pedidos. Outro ponto muito comum seria o apelo que os solicitadores fazem a Deus. Pudemos identificar, em mais de 10 processos de solicitação, alguma citação a Jesus Cristo ou a Deus. Os projetos não têm um perfil comum, mas, em sua maioria, a citação divina ocorre no fim da carta de solicitação, pedindo a Deus que ajude na melhoria da vida dos solicitantes ou agradecendo, de uma forma geral, pela realidade cotidiana.

Os mediadores

Outra questão muito observada foi a mediação de “letrados” nas solicitações e no próprio envolvimento nas comunidades. Esse item pode ser importante para explorarmos a mediação feita nos movimentos populares a qual ocorreu com regularidade nas décadas de 1980 e 1990.

Os mediadores são, em sua maioria, relacionados à Igreja (71 de 106 – 70% do total de documentos analisados) e a estruturas de representação coletiva (35 de 106 – 33%), como sindicatos, associações de moradores, entre outros. Isso não quer dizer que os movimentos que pedem auxílio ao CERIS se constituam de coletivos organizados juridicamente. Torna-se fundamental identificar a procedência dos intermediadores desses processos para que possamos visualizar o possível processo de mediação nos movimentos sociais brasileiros ao longo das décadas de 1980 e 1990.

O processo de mediação nos movimentos sociais foi crescendo ao longo da década de 1980. Os acontecimentos que levaram ao fim da ditadura no Brasil proporcionaram aos ex-exilados a possibilidade de participar do processo de democratização. Esses militantes, na maioria “letrados”, foram ocupando a direção de muitos movimentos que estavam em processo de organização e estruturação. A lógica “basista” dos anos 1980 favorecia o apoio dado a essas organizações, vistas com exagerada pureza nas suas demandas, trazendo ao conceito de sociedade civil e de democracia uma associação sem o caráter de classe como referência principal. O próprio perfil financeiro do FAM por pequenas demandas favorece um trabalho com a base e com grupos ainda em formação. No entanto, a Igreja, através de suas paróquias e dioceses, foi a grande mediadora dessa relação entre os solicitadores e o CERIS.

Em algumas cartas, observamos a presença de mediadores na elaboração do pedido de auxílio, na própria elaboração do projeto, como também na sua execução. Dentro de um mesmo projeto, podemos ver cartas com escrita muito precária, intercaladas com cartas bem escritas e projetos bem formulados, na maioria das vezes, elaborados por escritores auto-intitulados “representantes” desses grupos. Um exemplo interessante é o caso do arquiteto Leonardo (projeto de número 4-1983), um uruguaio que auxilia um grupo de trabalhadores no projeto de construção de casas populares em Mutirão em São Bernardo, São Paulo. Ele mesmo elabora e escreve o pedido pelos solicitantes. Os solicitadores procuram justificar a importância de Leonardo como representante da associação enviando seu currículo e histórico, falando da dificuldade nas reuniões com o prefeito e da má vontade deste em ajudá-los. Leonardo é visto como um líder na Associação. Trazendo sua experiência do Uruguai, o arquiteto analisa diversas possibilidades para o projeto a ser realizado e elabora um detalhado projeto-piloto para a construção de casas populares. Abaixo trouxemos um relato dos trabalhadores que faz referência à atuação de Leonardo:

Ata da reunião do dia 14 de maio de 1983

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de um novecientos e oitenta e três, reuniram-se a diretoria da Sociedade Amigos da Favela do Parque São Bernardo (...).

Ao iniciar a reunião o engenheiro fez uma narrativa da experiência realizada no Uruguai, especificando que em seu país hoje existem leis que possibilitam a construção de casas com financiamentos bancários, podendo o projeto ser realizado por uma organização de direito denominada: Cooperativa Habitacional, informou também que no caso de Campo, alguns advogados que estão colaborando com o projeto, estão estudando qual a forma jurídica, ou seja, se mediante as leis brasileiras poderemos formar uma cooperativa, uma sociedade ou outro tipo de organização que seja permitida e que possa encaixar o projeto⁷.

Apesar da organização do processo, o pedido foi cancelado pelo CERIS. A única carta da Instituição a que tivemos acesso apenas pede esclarecimentos sobre o projeto. Não identificamos, nos documentos escaneados, nenhuma carta negando o auxílio em definitivo.

⁷ Processo de solicitação do ano de 1983, de número 4.

Percebemos, portanto, alguns pontos relevantes nas cartas enviadas ao CERIS no ano de 1983. Fica clara a abrangência do Nordeste nos processos de solicitação, não só em termos quantitativos, mas também qualitativos. Ao examinarmos os principais pontos que são comuns às solicitações, é possível perceber a mediação nesses movimentos populares. Apesar do perfil das cartas ter, em grande parte, um português precário, um mesmo processo com cartas mal escritas foi intercalado com cartas muito bem elaboradas. Fica clara a participação do CERIS na organização política de alguns movimentos solicitadores. Contudo, não podemos deixar de perceber que muitos pedidos precisavam garantir a sobrevivência de grupos que sofrem de extrema dificuldade financeira. Para isso, a instituição procurou solucionar essa realidade econômico-social, incentivando a autonomia desses grupos que foram beneficiados. Segundo os critérios gerais do FAM-CERIS, essa Instituição pretendeu gerar um quadro de auto-sustentação nos grupos de base, melhorando a qualidade dessas comunidades. De fato, muitos projetos provavelmente conseguiram gerar melhorias na realidade econômico-social dos alguns grupos solicitantes. A questão é o quanto a lógica dessa mediação pode ser positiva para a autonomia e desenvolvimento político dessas organizações populares. As ONGs, como afirma Lúcia Neves (Neves: 2005), podem no máximo conseguir desenvolver o segundo estágio que Gramsci trabalha, no que tange aos momentos distintos da consciência política dos grupos sociais presentes na sociedade capitalista. Para o autor, na sociedade existem diferentes graus de relações de forças. Uma é a relação de força ligada à estrutura objetiva, ou seja, independentemente da vontade dos homens, cada grupo social representa e ocupa três momentos distintos. Esses momentos vão desde grupos sociais simplesmente homogêneos à consciência de classe. O primeiro momento ocorre quando se nota individualmente uma unidade homogênea entre os componentes de um mesmo grupo social e se sente o dever de organizá-lo. Um segundo momento acontece quando os grupos específicos atingem a consciência da solidariedade entre todos os membros da classe, mas ainda no campo meramente econômico, reivindicando-se transformações, mesmo que ainda nos marcos do Capitalismo. No terceiro momento, alcança-se a consciência de que os interesses corporativos podem e devem tornar-se os interesses dos grupos sociais, ultrapassando o plano econômico corporativo e atingindo o plano universal. Nesse momento se percebe a natureza de classe do estado capitalista e suas formas de atuação.

Não podemos negar que as décadas de 1980 e 1990 contribuíram para um alargamento da cidadania político-social. No entanto, essa cidadania tem, muitas vezes, como pressuposto, a aceitação das relações sociais vigentes como única solução possível de convivência social. Ainda assim, ao analisarmos os anos 1980 através dessa documentação, não podemos desconsiderar a atuação não só dessas organizações populares, mas também de instituições como o CERIS e seu apoio financeiro e estratégico a esses trabalhadores. A nossa hipótese inicial pretendia concluir o

quanto o CERIS pode ter prejudicado a autonomia desses grupos sociais, limitando e ditando o que, quando e quanto eles poderiam se desenvolver. Isso de fato ocorreu, pois esses grupos estavam recorrendo a uma Instituição de filantropia católica, que demonstrava contradições no apoio a essas organizações. Ao mesmo tempo, podemos verificar um apoio salutar ao desenvolvimento desses grupos, que pode ter contribuído para o sucesso na organização de movimentos sociais como MST, PT, CUT, entre outros; e quem sabe essa mediação ocorrida impediu, de certo modo, que as perdas econômicas, políticas e sociais fossem ainda maiores na década de 1980, diante do complicado cenário econômico que vivíamos nesses anos, não só no Brasil, mas no ambiente internacional.

Ao debruçar-me sobre esse corpo documental, houve quase uma espécie de encantamento, ao ler o relato dos trabalhadores, expondo seu cotidiano de dificuldades, mas também de muita resistência ao contexto de exploração e opressão que viviam. Para pensar a abordagem qualitativa, privilegamos esses relatos com o objetivo de entender a conformação das lutas que estavam se constituindo nesses grupos populares que mandavam processos de solicitação ao FAM-CERIS. O caráter popular dos pequenos projetos que o FAM aprovava, traz a oportunidade de visualizarmos a organização desses trabalhadores, que muitas vezes se restringem a pequenos grupos, sem grande complexidade organizacional, mas, ao mesmo tempo, é possível visualizar diversos projetos, por exemplo, de oposição sindical, de organização de trabalhadores rurais, que, na década de 1990, constituíram importantes organizações sociais. Por isso, pretendemos, com a análise das cartas, observar o contexto no qual elas foram escritas, afinal, apesar de sua mediação ser feita por uma Instituição Filantrópica, não foram escritas pela classe dominante brasileira, e sim pelos setores populares. É nesse sentido que emprego a perspectiva thompsoniana.

Thompson, na obra *Peculiaridade dos Ingleses*, traz à tona importantes discussões que podem enriquecer a análise desse corpo documental. O autor discute a importância de se criarem novas formas de análise das fontes históricas, já que, à medida que as classes dominantes saem da cena principal das análises, uma infinidade de atores sociais e acontecimentos vem trazer-nos uma nova perspectiva como tarefa. Essa tarefa implica imensa responsabilidade, pois as classes populares devem ser reinseridas no “contexto total” em que foram escritas, principalmente no contexto da dominação e da dinâmica das lutas de classes. Esta perspectiva da não dissociação do econômico, do cultural e do político faz parte da própria construção teórica de Thompson, que é baseada na experiência de classe. Esse conceito tenta quebrar com a antiga fórmula, que, de certa forma, favorecia a primazia do econômico nas análises de cunho marxista. Tal fórmula seria definida por Thompson como um marxismo vulgar. Como disse um importante autor indiano, Aijaz Ahmad: “Não dá para simplesmente jogar um pouco de economia aqui, um pouco de tecnologia ali. Temos de ser capazes de situar os fatos individuais num processo histórico complexo, e, para isso, é preciso um preparo teórico muito considerável.” (Ahmad: 2002, p.230).

Fica como desafio um aprofundamento da análise qualitativa dessa documentação para uma melhor aplicação da teoria de Thompson. A proposta nesse artigo é abrir a possibilidade para um futuro de pesquisa que está sendo ampliado com a análise pormenorizada do ano de 1983 e dos outros anos da década de 1980.

Referências bibliográficas:

AHMAD, Aijaz. Linhagens do Presente. 1 ed., S.P: Boitempo, 2002.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. História de uma década quase perdida (1979-1989), 2000. Tese de doutorado, Niterói: Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

BEBBINGTON, Anthony. “Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONG’s na América Latina”. In: HADDAD, Sérgio (org). ONG’s e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. S.P; Abong; Peirópolis, 2002.

BOSI, Antônio de Pádua. Os “Sem Gabarito”: experiências de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo nas décadas de 1970/1980. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

BOSI, Alfredo. Da esquerda cristã à Teologia da Libertação. In: JINKINGS, Ivana & PESCHANSKI, João Alexandre (orgs). As utopias de Michael Lowy: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. S.P: Cortez, 2000.

_____, Carlos Nelson. A Democracia Como Valor Universal. Encontros com a civilização brasileira, n.9, março de 1979.

COUTINHO, Sérgio Ricardo (org). Religiosidades, misticismo história do Brasil Central. Brasília: CEHILA, 2001.

DELLA CAVA, Ralph. “A Igreja e a Abertura, 1974-1985”. In.: Krischke, Paulo & Mainwaring, Scott. A Igreja nas Bases em tempo de transição. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

DOIMO, Ana Maria. “Os rumos dos movimentos sociais no caminho da religiosidade”. In: Krischke, Paulo & Mainwaring, Scott. A Igreja nas Bases em tempo de transição. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

DREIFUSS, R. A internacional capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986. Rio, Espaço e Tempo, 1986.

_____, R. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1987.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 2ed. –S.P: EDUSP, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ:Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2º Ed, Zahar, R.J. 1976.

_____, Florestan. Brasil: em compasso de espera. Ed: HUCITEC,S.P.,1979.

FERNANDES, Rubem César. Privado, porém público: O terceiro setor na América Latina. R.J: Relume-Dumará, 2ed, 1994.

FIGUEIREDO, Argelina C. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FILGUEIRAS, Luiz. História do plano real. 3 ed., S.P: Boitempo, 2000.

FONTES, Virgínia. “A democracia no Brasil – aprendizado e mimetismo”. In: Ansaldi, Wlado (org). La democracia em America Latina, un barco a la deriva. Buenos. Aires, Fondo de cultura economia, 2007.

_____, VIRGÍNIA. Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil. Reflexões impertinentes: história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.

_____, VIRGÍNIA. “Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980”. In: Lima, J. e Neves, L. (Orgs.) Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo. R.J: FIOCRUZ, 2006.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol.2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____, Antonio. Cadernos do cárcere. 3ed. Vol.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____, Antonio. Cadernos do cárcere. 2ed. Vol.4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol.5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol.6, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ILSE SCHERER, Warren & KRISCHKE, Paulo J. (org.) Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo, Brasiliense, 1987.

JINKINGS, Ivana & PESCHANSKI, João Alexandre (orgs). As utopias de Michael Lowy: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007.

LANDIM, Leilah. “Múltiplas identidades das ONG’s”. In: HADDAD, Sérgio (org). ONG’s e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. S.P; Abong; Peirópolis, 2002.

_____, Leilah. A invenção das ONGs, do serviço invisível à profissão sem nome. Tese de doutorado apresentada no PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro: Iser, 1988.

MEDINA,Carlos Alberto. Ação Social e desenvolvimento: o caso do Brasil. s/d, sem mais referências.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. R.J: Graal, 1986.

_____, Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org). História: Pensar e Fazer. Rio de Janeiro, LDH, 1998.

_____, Sônia Regina de & FONTES, Virginia Maria. História do Brasil Recente– 1964-1980. S.P, Ática, 1991.

MOLLER, Alois. Organização popular e clientelismo internacional. Cadernos do CEAS. n. 133, maio. - jun. 1991.

NEVES, L. (org.) A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. SP, Xamã, 2005.

SADER, Éder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). R.J: Paz e Terra, 1991.

THOMPSON. E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. E. P. As peculiaridades dos ingleses. IN: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

_____, E. P. O espírito Whig sem o elitismo. In: BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____, E.P. Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra. R.J, Paz e Terra, 1987.